

a escritora negra e o movimento negro brasileiro

Maria Consuelo Cunha Campos – UERJ

Um ensaio com este tema, escrito por pesquisadora feminista eurodescendente, tem como primeiro pressuposto aquilo que vem sendo recorrentemente enunciado pelas lideranças do movimento negro brasileiro[i] , a saber que a luta contra o racismo, no país, constitui uma questão nacional, vale dizer concernente a todos , independente da identidade étnica de cada qual.

Para vencer a batalha contra a histórica desigualdade , exclusão e marginalização da população afrobrasileira ,causadas pelo racismo, é necessário que a nação como um todo seja mobilizada em favor da construção de uma efetiva igualdade cidadã para todos os brasileiros .Chegar-se a uma sociedade racialmente igualitária supõe um conjunto de transformações que concernem a todos os seus segmentos.

Existe, todavia, um segundo pressuposto ,neste ensaio e é o de que, em tal luta nacional contra o racismo e suas consequências históricas , o protagonismo é e deve ser sempre do próprio movimento negro, como movimento social organizado e como sujeito de sua própria história.

Ao apoiamos, como integrantes da sociedade civil e como setores acadêmicos da intelectualidade brasileira (e ,aqui, especificamente, também como feministas brancas que co-protagonizamos, com o feminismo negro, a luta contra o sexismo) as reivindicações históricas afro-brasileiras, como, por exemplo, a de um Estatuto da Igualdade Racial, e ao inscrevermos nosso próprio trabalho acadêmico em progresso neste apoio militante à luta anti-racista , compreendemos-nos como participante que se soma a uma luta empreendida e liderada pelo próprio movimento negro.

Ao longo da história do Brasil, desde o período colonial, quando os primeiros africanos foram para aqui trazidos como escravos, até a atualidade, quando um longo caminho de luta anti-racista vem conseguindo reverter desigualdades inter-étnicas ,frutos da exclusão histórica, o protagonismo afro-brasileiro vem assumindo várias formas.

Mais contemporaneamente, denunciando formas sutis através das quais persiste a discriminação racial, propondo políticas públicas reparatórias das desigualdades históricas multi-seculares, bem como reivindicando instrumentos legais de combate ao racismo, este protagonismo afro-brasileiro busca, em suma, a efetivação dos direitos de cidadania plena.

As relações inter-raciais na sociedade brasileira constituem, portanto, o pano de fundo sobre o qual se localiza o sujeito desta escrita, a escritora negra brasileira. As relações de gênero, nesta mesma sociedade, representam a moldura do quadro e, em tal enquadramento, há que ser levada em conta, ainda, a complexa relação entre movimentos populares e academia, no Brasil, se quisermos pensar as articulações entre a escrita da mulher negra e o movimento negro em sua dupla instância étnica e de gênero.

Visando a transformações sociais através da mobilização e organização de segmentos da sociedade civil, num país em cuja história tem sido constante e violenta a repressão a eles, os movimentos populares, por isso mesmo, consubstanciam uma resistência ao que bem poderia ser chamado de prática pedagógica da exemplaridade, exercida por setores detentores da hegemonia, seja ela de classe social, de gênero e de orientação sexual ou racial.

Tal prática pedagógica consiste em desqualificar, de modo sistemático, a imagem e a representação de movimentos populares e seus objetivos, no imaginário coletivo, reforçando estereótipos, multiplicando caricaturas, ao mesmo tempo em que a praxis destes movimentos é violentamente reprimida, visando a persuadir as pessoas, com tais “exemplos”, acerca de uma pretensa inutilidade pragmática de toda militância contra o status quo, estimulando, em consequência, um perfil de acomodação coletiva, que busque “soluções” em âmbito individual, a título de meras exceções às regras do jogo social desigual.

Em nosso país, a academia se auto compreende, majoritariamente, como uma guardiã do status quo, em termos de desigualdades sociais. Diferentemente do que ocorre em outros, como os Estados Unidos ou a França, falta-nos, aqui, a tradição de uma intelectualidade militante, transformadora, que deu um Chomsky ou um Bourdieu, por exemplo. Daí que seja mais usual, no Brasil, a fratura entre acadêmicos e militantes. Além disso, raça, gênero, orientação sexual estão entre as categorias que projetam não apenas diferentes identidades, mas também relações imersas na alteridade referentemente aos setores hegemônicos: a universidade está longe de ser (como, ao contrário, vêm provando as interferências que incidem sobre ela a cada vez que o

modelo de estado delineado pelas forças hegemônicas se altera), um campo neutro, fora do qual fiquem os conflitos sociais, configurando-se ela, antes, como um espaço atravessado por contradições e exclusões.

Durante o recém findo século XX, coube, simultaneamente, à militância e à produção intelectual dos feminismos alavancar aquela que se constituiu a principal mutação no pensamento social e político ocidental, a desconstrução do falocentrismo. Questionando, pondo em cheque não apenas representações e papéis sociais de gênero estabelecidos e retroalimentados pelo patriarcalismo, mas também estruturas sociais mantenedoras das diferenças entre gêneros como desigualdades de poder, alguns destes feminismos desnaturalizaram, inclusive, a hegemonia do heterossexualismo normativo compulsório.

Em alguns países ocidentais – e foi o caso dos Estados Unidos, por exemplo – a consciência feminista específica dos anos 70 acerca da múltipla opressão de raça, classe social, gênero e orientação sexual, sofrida por mulheres afro-americanas, desenvolveu-se através de feminismos negros e feminismos lésbicos negros, de fundamentação teórica marxista e orientação socialista, numa perspectiva crítica em relação não só ao imperialismo e ao patriarcalismo, mas também ao capitalismo.

Para tais feminismos, o próprio capitalismo, com suas sociedades de classe, e o feminismo branco, acadêmico, com sua pretensão à universalidade no enfrentamento do sexism, sem, simultaneamente, atacar o racismo, e não apenas o patriarcalismo, estavam na contramão de seu movimento de liberação.

Como mulheres expostas a múltiplas formas e a diferentes graduações de opressão, as americanas eurodescendentes e as afrodescendentes teriam, nesta perspectiva, uma área compartilhada, a da luta contra o machismo, e outra, específica a seu próprio pertencimento étnico, a da luta contra o racismo, para a qual teria de ser ganho o apoio dos feminismos autocompreendidos como universalizantes (e, desta forma, desatentos à especificidade da luta das mulheres negras contra as desigualdades raciais), daí a necessidade de entidades específicas, de modo a não se diluir, no movimento geral de mulheres contra o sexism, a especificidade da luta da mulher afro-descendente.

Nos Estados Unidos, a partir do movimento em prol dos direitos civis dos anos 60, desenvolveu-se em escritoras negras a consciência desta estreita articulação entre sua militância política anti-racista, sua atuação acadêmica e o desenvolvimento de sua própria obra literária em progresso.

Em 1972, a escritora afro-americana Alice Walker ministrava o primeiro curso sobre escritoras negras, no Wellesley College, paralelamente ao desenvolvimento de sua própria obra literária, também ela voltada para questões étnicas e de denúncia do racismo, e hoje detentora de vários dentre os mais importantes prêmios literários estadunidenses, além de, há muito, inscrita no cânone nacional e internacionalmente celebrada.

Toni Morrison, posteriormente laureada com o Nobel, demonstrava, nos anos 60, em declarações públicas, sua consciência, como escritora afro-americana de que o descaso editorial branco para com as obras de escritores negros sofreria um golpe a partir da emergência de teorias críticas no novo campo acadêmico denominado Black Studies, questionando os pretensos fundamentos científicos da hegemonia branca no cânone literário e reterritorializando o espaço acadêmico.

No Brasil, o ano de 1978, em pleno ciclo ditatorial, é duplamente significativo na luta pela igualdade racial. Primeiro, porque nele é fundado o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial, em resposta a atos racistas, como o ocorrido a três meninos negros no Clube de Regatas Tietê e a morte, sob tortura, de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial do Bairro de Guainazes.

Depois, porque, especificamente no que diz respeito à luta pela visibilidade e valorização da literatura negra brasileira, nele é também criada a série literária Cadernos Negros, alternando antologias de poesia com antologias de prosa de ficção.

A partir de 1982, o grupo Quilombhoje assume a elaboração da série. Desde então, imenso e significativo trabalho é realizado, com dezenas de autores e de autoras publicados, mediante prévio processo de seleção especializada.

Historicamente, o movimento quilombola, durante o escravismo, representou a organização sócio-política e econômica de uma sociedade alternativa, em relação ao modelo hegemônico, colonial e depois nacional (imperial e agrário). Notável foi a participação da mulher nos quilombos, inclusive como

Vol. II

Líder, como Felipa Maria Aranha , no Pará (Alcobaça) e Teresa do Quariterê, no Mato Grosso.

Para Abdias do Nascimento, “ o modelo quilombista vem atuando como idéia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica” (1998: 99) , como uma “ práxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-affirmação política”(1998: 98).Por isso, pode-se falar em quilombo até os dias de hoje.

Os Cadernos Negros, sob a organização de Quilombhoje, vêm publicando diversas escritoras afro-brasileiras, como Geni Guimarães, Esmervalda Ribeiro, Miriam Alves, Sonia Fátima da Conceição , Alzira Rufino, Ana Célia da Silva, Conceição Evaristo, Lia Vieira,Eliane Rodrigues da Silva, Eliete Rodrigues da Silva Gomes.

As barreiras idiomáticas da língua portuguesa começam a ser superadas, na difusão da produção literária afro-brasileira .Ocorrem lançamentos bilíngues , como os de Finally us e Schwarze Poesie.Seminários, cursos, debates são organizados em faculdades de Letras; produzem-se monografias e dissertações a respeito.

Se, nos Estados Unidos, políticas públicas compensatórias foram implantadas, décadas atrás, em decorrência das reivindicações do movimento pelos direitos civis dos afro-americanos nos anos 60, sob a forma de ações afirmativas contra a desigualdade , aí incluídas as cotas positivasⁱⁱ[ii], isto supôs o reconhecimento oficial prévio desta desigualdade entre brancos e negros.

No Brasil, todavia, um obstáculo invariavelmente era ⁱⁱⁱ[iii] interposto a semelhante démarche.Tal pedra no caminho das reparações coletivas produziu-se precisamente na área acadêmica, através da tese da democracia racial brasileira , mito nacional através do qual mantiveram-se mascaradas as desigualdades entre brancos e negros em nosso país.

Este projeto de negação histórica do racismo manteve como que envolta em brumas e sutilezas, perante o senso comum, a questão da discriminação sofrida pelos afro-brasileiros : ela figurava como invisível à sociedade hegemônica branca, porque diluída em diferenças percebidas apenas como de classes sociais, próprias do modelo de sociedade capitalista.